

A GESTÃO DO PROCESSO DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Eliane Souza de Carvalho

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

elisocar@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho pretende Analisar em que grau e em que medida o processo de reorientação curricular no período de 2001 a 2008 no município de Dourados manifestou-se por meio dos princípios da gestão democrática, recortando-se a dimensão da participação e a construção da autonomia, dando prioridade ao âmbito específico da SEMED. Este estudo, em termos mais gerais, se insere tanto nas discussões voltadas para a questão do currículo da educação básica e que tratam da problemática da implementação das políticas curriculares como aquelas mais diretamente voltadas para aprofundar os fundamentos e mecanismos da gestão democrática na educação básica. A reflexão em torno de como se deu a gestão do processo de reorientação curricular, envolvendo seu planejamento, sua execução e avaliação, torna-se relevante a partir do discurso e regulamentações veiculados pelo governo municipal, principalmente da Secretária de Educação, através de seus burocratas, em uma administração proposta como democrática e humanizadora. Partimos de premissa que o movimento de reorientação curricular foi instaurado por ser uma proposta da gestão municipal no período de 2001 a 2004, que defendia uma educação democrática e humanizadora, nesse sentido, os mecanismos e processos utilizados na sua implantação foram marcados pela participação. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, utilizando de pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas.

Palavras-chave: gestão curricular; participação; autonomia.

INTRODUÇÃO

A gestão tem sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional Wittmann e Gracindo (2001), Ferreira (2006), Oliveira e Adrião (2007) e Bordignon (2009). Embora o debate venha de mais de duas décadas, sua permanência no campo das discussões acadêmicas evidencia seu caráter basilar no campo de políticas educacionais. Especificamente sobre a gestão educacional lembramos que

A análise da gestão educacional pode se realizar por meio de vários recortes e planos (...) importando sobre maneira, apreendê-lo no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proporção e materialidade. (DOURADO, 2007, p. 822)

A partir dessa perspectiva teórica, considera-se relevante investigar como se deu o processo de gestão da reorientação curricular ocorrida no município de Dourados. Nesse processo a gestão assume um novo papel que ultrapassa a administração, supervisão e orientação do processo educacional, agregando uma complexidade de ações, que vão desde o conhecimento da função social da escola até as formas mais adequadas de condução do trabalho na escola, condições necessária para que se aumentem as chances de um ensino de qualidade e conseqüentemente aprendizagem no ambiente educativo.

Segundo Libâneo (2008, p. 318) “a gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização (...) envolvendo aspectos gerenciais e técnicos administrativos”. O autor afirma que há várias modalidades de gestão, centralizada, participativa e co-gestão, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade. “As concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e pareceres acerca do papel das pessoas na sociedade” (p. 325). O autor defende a concepção democrática participativa que possui uma definição explícita, por parte da equipe escolar, de objetivos sociopolíticos e pedagógicos; articulação da atividade de direção com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela; busca de objetividade no trato das questões da organização e da gestão; todos dirigem e são dirigidos; há ênfase tanto nas tarefas quanto nas relações.

Temos, então, como questão norteadora dessa pesquisa analisar em que grau e em que medida o processo de reorientação curricular no período de 2001 a 2008 no município de Dourados manifestou-se por meio dos princípios da gestão democrática, recortando-se a dimensão da participação e a construção da autonomia?

Este estudo, em termos mais gerais, se insere tanto nas discussões voltadas para a questão do currículo da educação básica e que tratam da problemática da implementação das políticas curriculares como Barreto (1989), Candau (2002), Moreira (1990), Silva (2007), Apple (2000), como aquelas mais diretamente voltadas para aprofundar os fundamentos e mecanismos da gestão democrática na educação básica: Hora (1994), Oliveira (1995), Lima (2004), Sander (2005), Dourado (2007) e Libâneo (2009).

JUSTIFICATIVA

A proposição inicial de pesquisa delineada nesse projeto tem sua origem na vivência dessa pesquisadora como docente na Educação Básica, nas etapas denominadas Ensino Fundamental e Ensino Médio e como gestora na Secretária Municipal de Educação de Dourados (SEMED). Nesse processo muito se estudou e pensou sobre a Educação Básica, especialmente no que se refere à gestão escolar.

A Rede Municipal de Ensino, no segundo ano de gestão do prefeito José Laerte Cecílio Tetila, sob o discurso de uma educação popular e humanizadora, de uma gestão que se propunha democrática, rompendo com modelo autoritário de gestão, pautado nos princípios de participação, democracia e autonomia iniciou um debate com todos os segmentos da escola a fim de identificar os problemas que afetavam o processo ensino-aprendizagem. Dentre os problemas apresentados, os mais recorrentes foram os altos índices de reprovação e evasão escolar, cuja causa apontada foi o currículo desvinculado da realidade do aluno. Logo, os resultados dos vários encontros nortearam uma proposta de reorientação curricular, baseada em uma pedagogia progressista libertadora. Segundo proposta apresentada no plano de governo, no item que trata da educação

Para efetivação dessa proposta, optou-se pela educação popular voltada para a cidadania, preocupada com a humanização dos sujeitos, ou seja, com a constituição de valores que se oponham ao individualismo, à discriminação e à exclusão social e cultural. A partir desse olhar é que se concebe uma política educacional realizada através de um projeto democrático, com efetiva participação da comunidade escolar-alunos, professores, pais de alunos, na formulação, execução, gestão e fiscalização das políticas públicas. (PLANO DE GOVERNO, p. 11)

A reflexão em torno de como se deu a gestão do processo de reorientação curricular, envolvendo seu planejamento, sua execução e avaliação, torna-se relevante a partir do discurso e regulamentações veiculados pelo governo municipal, principalmente da Secretaria de Educação, através de seus burocratas, em uma administração proposta como democrática e humanizadora.

O presente estudo realizou um recorte temporal de 2001 a 2008, por tratar-se das duas gestões do governo do PT no município, período em que se discutiram propostas e implantação de políticas educacionais voltados para reorganização do currículo. Embora a reorientação curricular tenha sido iniciada em 2002, o processo de Constituinte Escolar, do qual resultou a reorientação, iniciou-se em 2001, daí nossa pesquisa limitar-se a esse período.

No que se refere ao processo vivido em Dourados a Constituinte Escolar ocorrida em novembro de 2001, foi uma proposta de discutir, junto à comunidade escolar, os problemas sociais que afetavam o processo ensino-aprendizagem. Entre os problemas apontados, os mais recorrentes foram os altos índices de reprovação e evasão escolar, cuja causa apontada foi o currículo desvinculado da realidade do aluno. Os resultados das várias reuniões motivam uma proposta de reorientação curricular, baseada numa pedagogia progressista libertadora.

Dessa forma fez-se necessário uma tomada de consciência por parte dos envolvidos na educação: docente, alunos, gestores e comunidade, da necessidade de reorientar e reorganizar o currículo de forma que este passasse a ser elaborado a partir de um processo de gestão democrática considerando as condições sociais no qual o aluno e escola estão inseridos, suas singularidades, sua identidade cultural e questões relevantes ao seu crescimento enquanto cidadão.

Segundo documentos elaborados pela equipe pedagógica da Secretária Municipal de Educação (gestão 20001– 2004 e reelaborada em 2006) o Movimento de Constituinte Escolar foi organizado em quatro etapas, que se caracterizavam pela participação da comunidade escolar (professores, diretores, coordenadores, alunos, pais e funcionários em geral) e pelo debate em torno dos conflitos, temas, temáticas, princípios e diretrizes que deveriam orientar a construção de novas práticas.

Para se conhecer a realidade próxima do aluno, foi realizada uma pesquisa sócio-antropológica, na qual se colhia as falas da comunidade que, por sua vez, eram sistematizadas na forma de rede temática.

A rede temática era utilizada como um mapa pedagógico que denunciava os vários problemas de cada bairro / comunidade escolar. Já a aula planejada, utilizava a fala da própria comunidade (tema gerador), formando um elo entre o senso comum e o saber científico.

O movimento buscava compreender as contradições sociais que condicionavam e determinavam à organização curricular, buscando a construção de uma escola pública e popular comprometida com a formação do cidadão crítico capaz de transformar a realidade.

Considerando que currículo é uma construção, e que o que é construindo advém das várias formas de pensar e discutir presente em diferentes tempos e lugares, pode-se aceitar que essas diferenças produzem saberes e discursos diferentes e, portanto produção curricular distinta, sendo assim, “currículo é uma representação simbólica, jogo de poder multicultural, lugar de escolhas, inclusões e exclusões, produto de uma lógica explícita [...] e de uma lógica CLANDESTINA” (BERTICELLI, 2005, p. 160).

Notadamente não há como sustentar um currículo universal e fechado. Quando se vincula o conceito de currículo a realidades sociais e culturais, tendo em vista que são estas que decidem sobre a possibilidade ou não de determinadas organizações, põe-se em evidência o caráter político e a ordem do poder, na determinação do currículo: é a concretude da prescritividade que se materializa no currículo e continua presente e tida sua idéia em todas as práticas curriculares. Uma opção dinâmica de currículo só pode ser construída se for pensada em conjunto com a sociedade.

Seja qual for a aceção que se tem de currículo, sempre há um comprometimento com algum tipo de poder, não havendo neutralidade nessa opção. Silva (2007) aponta essa perspectiva através da Nova Sociologia da Educação (NSE) que busca investigar as conexões entre currículo e poder, entre a organização do conhecimento e a distribuição de poder. O poder da inclusão e/ou exclusão estará sempre presente no currículo. É importante saber quem são os sujeitos que vão participar da tomada de decisões, pois são nessas decisões, que se faz sentir o poder político, econômico e cultural.

A elaboração do currículo remete a questão que diz a respeito ao tipo de cidadão que se quer construir. Daí a importância do currículo posto em confronto com a sociedade. No currículo é que se coloca as parcelas da realidade que se leva à análise e conhecimento dos educandos e educandas. Os recortes do real são decisivos na configuração do cidadão que se quer produzir (SILVA, 2007,p.166)

O currículo traduz elementos da memória coletiva, conceitos ideológicos, políticos, segundo os interesses e força daqueles que estão envolvidos no processo educativo. Há uma função seletiva do currículo, na escolha dos conteúdos, nos quais se determinam variáveis sociais significativos e dinâmicas, quando nem sempre o interesse da maioria é o que interessa e, muitas vezes o interesse da maioria é simplesmente ignorado.

A política sobre o currículo é um condicionamento da realidade prática da educação que deve ser incorporado ao discurso sobre currículo, é um campo ordenador decisivo, com repercussões muito direta sobre essa prática e sobre o papel e margem de atuação que os professores alunos tem na mesma não só é dado da realidade curricular, como marca aspectos e margens de atuação dos agentes que intervém nessa realidade. O tipo de racionalidade dominante na prática escolar está condicionado pela política e mecanismos administrativos que intervém na modelação do currículo dentro do sistema escolar (SACRISTÁN, 1998, p. 109).

Quando nos referimos à gestão curricular estamos nos reportando aos mecanismos implementados durante o planejamento, execução e avaliação do currículo, ou seja, nas fases do diagnóstico e formulação de objetivos, da seleção de conteúdos, da organização dos conteúdos, da seleção de experiências de aprendizagem, da organização e avaliação do processo vivenciado. O movimento de reorientação curricular no município em questão foi entendido como intensamente participativo, dessa forma as categorias participação e autonomia são consideradas importantes neste estudo, sendo relevante entender o conceito utilizado no escopo desse trabalho.

Segundo Bordenave (1983) participação é *fazer parte, tomar parte ou ter parte*: existindo uma participação passiva e/ou ativa, que irá diferenciar o cidadão inerte e o cidadão engajado. “A prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte”(p.23) haverá, então, uma efetiva participação no cotidiano escolar quando os membros da comunidade escolar sentir que *faz parte* da escola, *tem parte* real na sua condução e dessa forma, tomam parte na construção de uma nova escola da qual se sentem parte.

Libâneo (2008) defende que “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar” (p.328). Afirma ainda que “o conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida” (p.329) “a autonomia é o fundamento da concepção democrático-participativo de gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico” (p.333) o autor define autonomia como um autogoverno. Uma escola autônoma seria aquela que se autogoverna, que escolhe seus caminhos, quantos aos objetivos, métodos, conteúdos e avaliação.

É conveniente ressaltar o cuidado que se deve ter na interpretação da utilização dos termos participação e autonomia. Lima (2004) afirma que esses termos até a década de 1980 eram utilizados no campo da esquerda e que, a partir de 1990 foram ressignificados, sendo utilizados pela direita. “São as mesmas categorias, mas com concepções e práticas diferenciadas” (p.20). Afirma ainda que “os conceitos utilizados no projeto político de transformação social, quando apropriados pelos neoliberais, acabam por ser descaracterizados e empregados de forma enviesada” (p. 31).

Pretende-se, assim, remontar este processo através de entrevistas, documentos, regulamentações, ações efetivas (metas traçadas, programas de governo) buscando perceber nestes movimentos, discursos, ações de como se deu a participação da comunidade, da equipe da prefeitura e se este processo favoreceu a que se construísse uma maior autonomia, descentralizando de fato o poder.

Questões que nos parecem relevantes:

- Em termos de participação e autonomia, como foi o planejamento do processo de reorientação curricular pelos gestores da SEMED e pelos diretores das escolas de Ensino Fundamental do município, segundo estes atores sociais e os documentos e as regulamentações?

-Como os gestores deste processo compreenderam as bases das mudanças propostas?

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Analisar em que grau e em que medida o processo de reorientação curricular no período de 2001 a 2008 no município de Dourados manifestou-se por meio dos princípios da gestão democrática, recortando-se a dimensão da participação e a construção da autonomia,

Objetivos Específicos:

- Analisar o processo de planejamento, execução e avaliação do Movimento da Reorientação curricular vivido no município de Dourados entre 2001-2008,
- Caracterizar a participação, a autonomia presentes no processo na perspectiva da gestão democrática.
- Problematizar, a partir do instrumento de pesquisa, na fala dos sujeitos pesquisados, se houve uma gestão democrática pautada nos princípios de participação e autonomia.

Hipótese:

- O movimento de Reorientação Curricular foi instaurado por ser uma proposta da Gestão municipal no período de 2001 a 2004, que defendia uma educação democrática e humanizadora. Neste sentido, os mecanismos e processos utilizados na sua implantação foram marcados pela participação e incentivadores da autonomia nas escolas.

METODOLOGIA

A pesquisa ora proposta será realizada numa abordagem qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa qualitativa será utilizada visto que esta “busca, antes, tornar compreensível o que parece incoerente, inesperado, ou complexo na prática social, permanecendo atenta a construção social dos fenômenos e ao caráter arbitrário e seletivo das categorias de percepção dos problemas. (GROULX, p. 108)

A pesquisa bibliográfica, segundo Ruiz (1979) é “entendida como o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, para refutá-las”.

A pesquisa documental, conforme coloca o mesmo autor “é o acervo de textos decisivos para o esclarecimento ou demonstração do problema escolhido como tema pelo pesquisador” (RUIZ, 1979, p. 67).

E a pesquisa de campo é relevante, pois possibilita compreender a realidade, uma vez que um trabalho de campo “é sempre uma experiência singular e esta escapa frequentemente a racionalidade descrita nos manuais de metodologia” (ZAGO, 2003. P. 292). Ressalta a autora que a “regra é respeitar princípios éticos e de objetividade na pesquisa, bem como garantir a

condições que favorecem uma melhor aproximação da realidade [...] estudada, pois sabemos que nenhum método dá conta de captar o problema em todas as suas dimensões” (ZAGO, 2003, p. 294).

Com essa direção, inicialmente será feito levantamento e seleção bibliográfica para conhecer e apreender os vários modelos de gestão que permita ter uma ampla visão da temática a ser discutida. Essa revisão bibliográfica segundo Creswell (2007) pode “compartilhar os resultados de outros estudos que estão propriamente relacionados ao estudo que está sendo tratado e/ou fornecerem estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados”, ou ainda, de acordo com Deslauriers e Kerisit (2010) “é preciso ler o que os outros escreveram antes de nós; de certa forma, subir sobre seus ombros para conseguir ver mais além” (p.134). Posteriormente serão aprofundados os conhecimentos referentes à gestão democrática e às políticas curriculares,

A análise documental que segundo Richardson (1999), “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com os quais podem estar relacionados”, incidirá sobre documentos oficiais como LDB 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), o PNE (Plano Nacional de Educação), PEE (Plano Estadual de Educação) detendo-se nos registros da Secretária Municipal de Educação de Dourados no período de 2001 à 2008, que compreende o momento histórico do processo de Reorientação Curricular.

A pesquisa de campo será realizada por meio de entrevistas semi estruturadas. Utilizaremos a entrevista como técnica de pesquisa por concordarmos com Szymanski (2010) que parte da “constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas : entrevistador e entrevistado” (p. 12). As entrevistas serão realizadas com os gestores da secretaria de educação diretamente envolvidos no processo, como o Superintendente de Ensino, coordenador do Ensino Fundamental, coordenador da Educação infantil e coordenador da Educação de Jovens e Adultos, bem como os coordenadores das escolas, que serão selecionados levando em consideração os seguintes elementos:

- 1) Ter sido coordenadora no período de 2001 a 2008;
- 2) Ter atuado na orientação pedagógica no período de 2003 a 2006;
- 3) Ser lotado nas escolas que permanecerem no processo de reorientação na gestão 2005/2008.

As entrevistas buscarão desvelar como esses atores sociais descrevem o processo de planejamento, implantação e avaliação curricular vivenciado desde 2001 até 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas, São Paulo: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BORDIGNON, Genuíno. *Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano*. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 334.
- COLL, César. *Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*, Ática. São Paulo, 2001.
- COSTA, Marisa Vorraber. (org). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
- DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTHI, José André; PERNAMBUCCANO, Marta Maria. *Ensino de ciências: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DOMINGUES, José L. *Interesses humanos e paradigmas curriculares*. Revista Brasileira de Estados Pedagógicos.. Rio de Janeiro: INEP, 1986.
- DOURADO, Luiz Fernando. *Políticas e Gestão de Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas: Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, nº 100, p. 921. 947. Aut. 2007.
- FERREIRA, Naura Syria Capareto (org.). *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HORA, Dinair Leal. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estruturas e organização*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMA, Antônio Bosco (org.). *Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. *Educação escolar e cultura: construindo caminhos*. Revista Brasileira de Educação. Agosto 2003. Nº: 23 p. 156 a 168.
- MOREIRA, Antonio Flávio B. *Currículos e programas no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1986.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; PACHECO, José Augusto; GARCIA, Regina Leite. *Currículo: pensar, sentir e diferir*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). *Gestã , financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB*. 3ª ed.. São Paulo: Xamã, 2007.
- RICHARDSON, R. J. ET AL. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª Ed..São Paulo: Atlas, 1999.

- RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo, Atlas, 1979.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3º ed. Porto Alegre: Art Méd., 1998.
- SANDER, Benno. *Políticas públicas e gestão democrática da educação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- SZYMANSKI, H. *A entrevista na pesquisa em educação*. Brasília: Liber livro, 2004.
- SOUZA, João Francisco. *O Currículo e a Cultura: a construção das identidades*. O papel da educação na construção de um novo país. Revista Educação Cidadã. Caxias do Sul, 2002.
- WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (coords.). *O estado da arte em políticas e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997*. Brasília: ANPAE, Campinas: Editores associados, 2001.
- ZAGO, Nadir. *A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa*. In: _____; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELE, Amélia Teixeira. *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP7A, 2003. P. 287-309.